



POTENCIALIDADES DAS COMISSÕES DA VERDADE LOCAIS PARA PESQUISA CIENTÍFICA: uma análise de teses e dissertações

Potentialities of local truth commissions for scientific research: an analysis of theses and dissertations

OLÍVIA ANDRADE COIMBRA¹
PABLO GOMES²

Resumo

Este artigo expõe as contribuições das comissões da verdade locais para a pesquisa científica. As principais potencialidades identificadas relacionam as pesquisas apresentadas em teses e dissertações com os relatórios finais, com os documentos usados e criados e com os próprios trabalhos das comissões. Utilizando uma pesquisa quantiquantitativa usando as teses e dissertações disponíveis para consulta na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, foi possível perceber como as comissões da verdade se tornam fontes de informação para a pesquisa científica, lembrando que as comissões utilizaram a pesquisa científica como fonte para o esclarecimento da verdade sobre as graves violações de direitos humanos perpetradas durante a Ditadura Militar (1964-1985).

Palavras-chave

Comissão da verdade local. Pesquisa científica. Ditadura Militar (1964-1985).

Abstract

This article presents the contributions of local truth commissions to scientific research. The main identified potentialities link the research presented in theses

¹ Mestra e doutoranda em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCI/UFMG). Graduada em Biblioteconomia pela UFMG. Bibliotecária e Documentalista UFMG.

² Mestre e Doutor em Ciência da Informação pelo PPGCI/UFMG. Graduado em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professor do Instituto Federal do Maranhão (IFMA) e docente colaborador do PPGCI/UFMG.

and dissertations to the final reports, to the documents used and produced, and to the work carried out by the commissions themselves. Using a quantitative-qualitative approach based on theses and dissertations available in the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations, it was possible to observe how truth commissions become sources of information for scientific research, bearing in mind that these commissions also relied on scientific research as a source for uncovering the truth about the serious human rights violations committed during the Military Dictatorship (1964-1985).

Keywords

Local Truth Commission. Scientific Research. Military Dictatorship (1964-1985).

1 INTRODUÇÃO

Este artigo tem por propósito apresentar uma extensão derivada da pesquisa anteriormente publicada por Frota, Hoffman e Gomes (2021) que investigou o papel dos arquivos das comissões estaduais da verdade no Brasil como fontes para a pesquisa em mediação informacional, no contexto da Ciência da Informação (CI). Nesse sentido, a perspectiva amplia-se a outras áreas do conhecimento e às comissões da verdade locais, ou seja, comissões estaduais, municipais e institucionais instaladas, finalizadas e com relatório final publicado.

As comissões de verdade são instrumentos importantes dentro do contexto da Justiça de Transição, área multidisciplinar (Arthur, 2011; Quinalha, 2013; Gomes, 2019) que se dedica-se ao estudo de “um conjunto de respostas concretas ao legado de violência deixado por regimes autoritários e/ou conflitos civis em escala” (Abrão; Genro, 2012, p. 33) e de prática para:

o (re)estabelecimento do Estado de Direito, o reconhecimento das violações aos direitos humanos – suas vítimas e autores – e a promoção de possibilidades de aprofundamento democrático, pela justiça, verdade, reparação, memória e reforma das instituições (Abrão; Genro, 2012, p. 33).

A principal comissão da verdade e de maior destaque que temos no Brasil é a Comissão Nacional da Verdade (CNV), criada pela Lei 12.528, de 18 de novembro de 2011, e oficialmente instalada para início das atividades em maio de 2012. Seu objetivo



era, trabalhos já foram finalizados e o relatório final publicado³, o esclarecimento das graves violações de direitos humanos ocorridas, principalmente, durante a Ditadura Militar (1964-1985).

A CNV tem seu destaque não somente pela amplitude de sua investigação, que foi a nível nacional, mas por ter fomentado a criação de outras comissões, sejam elas com amplitude localizadas por regiões e/ou instituições. Esse fenômeno de propagação, no sentido de espalhar, disseminar ou multiplicar, na criação de outras comissões no Brasil, foi chamado, por Hollanda (2018, p. 3), de comissionismo.

Por sua importância para o desenvolvimento social do país, as comissões da verdade, imediatamente, começaram a chamar a atenção da comunidade científica no Brasil e passaram a ser objeto de pesquisa. A primeira menção direta, encontrada na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), à uma comissão, a CNV, ocorreu ainda no ano de sua implementação para analisar os objetivos delineados para essa comissão (Antonio, 2012).

Atentando para isso, elaborou-se como pergunta problema a encaminhar a pesquisa: como as comissões locais têm contribuído para o desenvolvimento da pesquisa científica no Brasil? De modo convergente, definiu-se como objetivo geral: identificar as principais contribuições relacionadas à produção de teses e dissertações que tiveram as comissões da verdade locais como objeto central de pesquisa.

2 AS COMISSÕES DA VERDADE NO BRASIL

Conceituar o que é uma comissão da verdade não é uma tarefa fácil. Para tanto, partiremos do conceito elaborado por Hayner (2011) que reconhece essa dificuldade e também a sua não estatização, ou seja, seu engessamento. Para a autora, uma comissão da verdade:

- (1) concentra-se em eventos passados, e não em fatos ainda em curso;
- (2) investiga um conjunto de eventos que ocorreu ao longo de um período de tempo;
- (3) envolve-se de forma direta e ampla com a população afetada, coletando informações sobre suas experiências;
- (4) é um órgão temporário, cujo objetivo é concluir seus trabalhos com um relatório final; e
- (5) é oficialmente autorizada ou investida de poderes pelo Estado sob análise (Hayner, 2011, p. 11).

Concordando com Hayner (2011), Ribeiro (2022, p. 66) indica que “as comissões da verdade têm como objetivo apurar graves violações aos direitos humanos

³ Para mais informações e acesso ao Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade, acessar: <https://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>.

praticadas em um período específico”. No caso brasileiro as comissões da verdade são aquelas destinadas à apuração das graves violações de direitos humanos ocorridas durante a ditadura militar e com período determinado art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, ou seja, de 18 de setembro de 1946 até 5 de outubro de 1988.

Apesar de iniciativas anteriores – como a Comissão Parlamentar de Inquérito de Perus: Desaparecidos Políticos, iniciativa da Câmara Municipal de São Paulo, defendida por Hespanha (2012) como a primeira comissão da verdade, e da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, com sua importância em relação ao seu compromisso com a verdade reconhecida pela CNC (Brasil, 2014) – é somente com a CNV que o esclarecimento sobre as graves violações de direitos humanos durante a Ditadura Militar ganha a abrangência próxima àquela demandada pelos movimentos sociais de memória, verdade e justiça⁴.

Após a criação da CNV, outras comissões, como as comissões estaduais foram criadas, inclusive, com o objetivo de subsidiar os trabalhos da CNV, como foi o caso da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo, criada em 2012, da Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara, estado de Pernambuco, criada em 2012, e da Comissão da Verdade em Minas Gerais, Criada em 2013. Também as iniciativas municipais, como uma das primeiras a Comissão da Verdade do Município de São Paulo “Vladimir Herzog”, criada em 2012, ou a Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora, também de 2012.

No âmbito institucional as comissões da verdade de maior destaque foram aquelas criadas por universidades, como a Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade, criada em 2012 pela Universidade de Brasília, a Comissão da Verdade da Universidade de São Paulo, criada em 2013, a Comissão Milton Santos de Memória e Verdade, criada em 2013 pela Universidade Federal da Bahia. Outra iniciativa institucional de grande relevância para dimensão da memória e verdade na transição democrática brasileira, como foco naquelas ocorridas no campo, foi a Comissão Camponesa da Verdade, criada em 2012 por iniciativa do Movimento dos Sem Terra.

Essa profusão de comissões da verdade, em apuração feita por Tenaglia (2023), entre 2012 e 2018, contabilizava 88 comissões de verdade no Brasil, incluindo a CNV e as comissões da verdade locais. Em seu trabalho de pesquisa sobre as comissões da verdade no Brasil, resultado de sua tese de doutorado defendida em 2018, Tenaglia (2023) descreve um importante elemento da metodologia utilizada pelas comissões de verdade, os documentos, em especial daqueles advindos de arquivos. Foram identificados 20 relatórios finais das comissões que tratavam da experiência no uso de documentos.

Outro elemento importante da metodologia adotada pelas comissões da verdade são os testemunhos (vítimas) e depoimentos (agentes violadores de direitos humanos) prestados no contexto das atividades dessas comissões. Um trabalho de

⁴ Próxima àquela demandada pelos movimentos sociais porque a dimensão da justiça foi retirada tanto do Plano Nacional de Direitos Humanos, em sua terceira versão, como da Lei 12.528/2011.



pesquisa importante sobre os testemunhos, que toma como base a CNV, foi defendido por Ribeiro (2022) em sua tese de doutorado. Na pesquisa foram identificadas, nos três volumes do Relatório Final, 9.312 citações a documentos e testemunhos. Desse quantitativo de citações, somente 11% delas se referiam aos testemunhos como fonte para “elucidar assassinatos, torturas e desaparecimentos, bem como identificar os agentes do aparato repressivo responsáveis por essas graves violações” (Ribeiro, 2022, p. 175), afastando a ideia de que o resultado dos trabalhos da CNV era baseado na subjetividade dos testemunhos.

Essas duas pesquisas revelam alguns elementos, documentos de arquivo e testemunhos, usados pelas comissões para operacionalização da elucidação da verdade. Contudo, existem outros elementos que foram utilizados pelas comissões, como o caso da CNV, que buscou nas instituições de ensino e pesquisa, principalmente de projetos de pesquisa, dados e informações que pudessem contribuir com suas atividades (Ribeiro, 2022).

Bem como as comissões da verdade se utilizaram das instituições de ensino e pesquisa, com seus produtos acadêmico-científicos, teses, dissertações, livros, artigos e outros, para esclarecimento da verdade sobre a Ditadura Militar, as instituições de ensino e pesquisa têm se apropriado dessas comissões como objetos de pesquisa. Florindo et al. (2024) identificaram 16 artigos (documentos) sobre a CNV. Essa pesquisa era delimitada à artigos indexados na Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação, publicados entre 2013 e 2023 e de: “a) artigos que tratavam da CNV ou que citavam a utilização dos documentos da CNV para a pesquisa; b) documentos que não foram produto de pesquisa científica foram retirados; c) as duplicatas foram excluídas da amostra” (Florindo et al., 2024, p. 8). O trabalho demonstra como a CNV tem sido utilizada como objeto para pesquisa na CI.

Ainda no contexto da CI, uma publicação sobre as comissões de verdade e não recuperado pela pesquisa de Florindo et al. (2024), provavelmente pelos limites da pesquisa que usou uma base de dados específica, refere-se ao trabalho que inspirou essa pesquisa *Documentation des commissions régionales de vérité au Brésil: potentiel de recherche dans le domaine de la médiation informationnelle*, publicada por Frota, Hoffman e Gomes (2021). De forma mais qualitativa, buscaram identificar potencialidades dos relatórios das comissões da verdade para pesquisa em CI. De acordo com os autores, as comissões usaram e produziram documentos que subsidiaram a reconstrução e disseminação da verdade, como os relatórios finais, e que se tornaram fontes de informação importantes à pesquisa científica (Frota; Hoffman; Gomes, 2021).

Esses documentos que subsidiaram os trabalhos das comissões da verdade, os documentos produzidos por elas, em especial os relatórios finais, mas, também outros elementos sobre as comissões, como a primeira pesquisa que identificamos, publicada por Antonio (2012) sobre os objetivos da CNV, podem e devem ser objeto de pesquisa das mais diversas áreas do conhecimento, com suas teorias e métodos.

3 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de natureza mista (Creswell, 2010), ou seja, de natureza quantitativa e qualitativa, por ater-se ao fenômeno das comissões da verdade locais como objeto de pesquisa a partir de números, estatísticas e medidas objetivas, mas também do enfoque dado aos significados, dos sentidos, dados à realidade (Creswell, 2010). Por seu objetivo é entendida como descritiva, pois não possui a intenção de interferir na realidade (Appolinário, 2006) e sim descrever de forma complexa o fenômeno identificado para pesquisa. É também uma pesquisa bibliográfica. De acordo com Prodanov e Freitas (2013) se utiliza de material já publicado sobre o assunto da pesquisa em que se inclui, portanto, as teses e dissertações, bem como as monografias, os artigos científicos e os livros.

Como produtos resultados da ciência, as teses e dissertações foram identificadas como as mais adequadas para atingir o objetivo. Para tanto, recorremos à BDTD por sua característica que “integra os sistemas de informação de teses e dissertações existentes nas instituições de ensino e pesquisa do Brasil” (Instituto, [202-?]). Dessa forma, teríamos uma base de coleta de teses e dissertações mais completa e acessível para a pesquisa.

Para a recuperação das teses e dissertações foram associados os termos de busca “comissão” e “verdade”, no intuito de recuperar o maior número de documentos que abordam as comissões locais. De acordo com o levantamento realizado por Tenaglia (2024) das 88 comissões brasileiras identificadas, considerando as variações de estrutura e especificidade, o nome de todas elas contém os termos “comissão” e “verdade”. Para delimitar o contexto desta investigação também foram adotados os termos “justiça de transição” e “ditadura”⁵.

O recorte temporal foi estabelecido entre os anos de 2014 e 2023, devido ao crescimento do número de comissões estabelecidas após a instalação da Comissão Nacional da Verdade (CNV), em 2011, e da entrega do seu relatório, em 2014.

Após o levantamento na BDTD, os resultados foram estruturados e organizados de forma a conter apenas teses e dissertações que abordassem aspectos relativos às comissões locais, eliminando documentos duplicados e fora do escopo da pesquisa. Os títulos, palavras-chave e resumos foram analisados com o objetivo de identificar como as comissões locais foram abordadas nas teses e dissertações identificadas.

⁵ Expressão de busca: Comissão* AND verdade AND (“justiça de transição” OR “justiça transicional” OR ditadura); data da coleta: 10 de maio 2025.



4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

As análises empreendidas neste estudo focaram em identificar (a) se as comissões locais eram abordadas nas teses e dissertações, (b) quais as instituições produziram essas pesquisas e (c) de que modo as comissões eram abordadas.

Após o levantamento na BDTD foram identificados 45 documentos, entre teses e dissertações, que abordam as comissões locais em suas pesquisas. Desse modo, foi possível verificar que as comissões locais estão presentes como temas de pesquisa associados à ditadura militar e à justiça de transição, muitas vezes destacadas como fonte de pesquisa para a busca de vestígios do passado sobre algum episódio ou personalidade relativa ao período ditatorial.

Em relação às instituições produtoras, foram identificadas 22 instituições que abordaram as comissões locais em suas pesquisas, conforme quadro 1. Com destaque para a produção da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), com 8 pesquisas, e da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), com 5 pesquisas, enquanto as demais instituições possuem entre 1 e 2 pesquisas relativas às comissões locais:

Quadro 1 - Instituições produtoras

Instituição produtora	Número de pesquisas
Fundação Getulio Vargas (FGV)	2
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)	2
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO)	1
Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP)	2
Universidade de Brasília (UnB)	1
Universidade de Fortaleza (UNIFOR)	2
Universidade de São Paulo (USP)	2
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)	1
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)	1
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)	1
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	8
Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)	1

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)	5
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	2
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	2
Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR)	1
Universidade Federal de Sergipe (UFS)	3
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)	1
Universidade Federal do Ceará (UFC)	1
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)	3
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	2
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)	1

Das 8 pesquisas realizadas na UFPB, 7 delas utilizaram o relatório da Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba (2012-2017) como fonte de pesquisa para tratar de situações e personalidades locais, como por exemplo a pesquisa de Dias Junior (2019)⁶, que abordou a trajetória do líder camponês João Alfredo Dias (Nego Fuba) relacionado ao movimento das Ligas Camponesas da Paraíba. Já as pesquisas realizadas na UFJF, das 5 pesquisas, 3 utilizaram Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora como fonte de pesquisa, demonstrando também um interesse por fenômenos e histórias locais.

Estevez e Bandeira (2014) ao realizarem um levantamento sobre teses e dissertações que tratam do tema da ditadura militar brasileira, identificaram que programas de pós-graduação situados fora do eixo Sul-Sudeste, tendem a promover pesquisas sobre realidades locais, o que pode explicar o grande número de produções realizadas nas instituições situadas na região Nordeste, com 19 pesquisas, representando 42% do total de produções. Para as pesquisadoras, a realidade local "pode ser um caminho para a produção de análises mais originais ou mais aprofundadas das especificidades locais" (Estevez; Bandeira, 2014, p. 126).

Sobre o modo que as comissões locais foram abordadas nas teses e dissertações, verificou-se duas formas predominantes: uma sobre a utilização do relatório final da comissão como fonte de pesquisa e análise, e em alguns casos, além do relatório final a documentação reunida e produzida pelo trabalho da comissão também foi mencionada como fonte de informação para investigação; e a outra forma de abordagem é a partir da compreensão da comissão local como objeto de análise da pesquisa.

⁶ Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFPB_c6025fdc7ff622cf3c8ded8dad1d8c1c.



Das 45 teses e dissertações levantadas, 33 delas utilizaram como fonte de pesquisa o relatório de alguma comissão local, representando 73% das pesquisas. Geralmente associada a outros documentos, incluindo o relatório da CNV, essas pesquisas se beneficiam do potencial informativo dos relatórios produzidos pelas comissões.

Entre as comissões identificadas estão comissões setoriais, estaduais, municipais e institucionais (universitárias). A única comissão setorial identificada foi a Comissão Camponesa da Verdade (2012-2014). Em relação às Comissões Estaduais foram identificadas as dos estados de Minas Gerais (2013-2017), Rio de Janeiro (2013-2015), São Paulo (2013-2015), Sergipe (2015-2021), Paraíba (2012-2017) e Pernambuco (2012-2017). Sobre as Comissões Municipais, três cidades foram mencionadas, a Comissão da Verdade de Juiz de Fora (2014-2016), Comissão da Verdade da Prefeitura de São Paulo (2014-2016) e a Comissão da Verdade de Volta Redonda (2013-2015). Os relatórios das Comissões Universitárias das instituições UFES (2013-2016), UFRN (2012-2015) e USP (2013-2017), também figuram entre as fontes de informação para investigação mencionadas pelos pesquisadores.

As teses e dissertações, a partir das suas problematizações e estruturação enquanto pesquisa científica, podem revelar o potencial informativo dos documentos produzidos e acumulados pelas comissões locais. Ao interpelar esses documentos por meio de questões e objetivos bem definidos as pesquisas científicas expandem as possibilidades informativas presentes nos relatórios das comissões e dos demais documentos a eles associados, possibilitando a pluralidade de narrativas sobre o período ditatorial.

Ao abordar a elaboração e formalização do relatório final da CNV, Ribeiro (2022) identifica a função desempenhada por essa comissão na construção de um legado informacional para a justiça de transição no Brasil, sobretudo por reunir, sistematizar e verificar a autenticidade de fontes de informação reveladoras da verdade sobre as violações de direitos humanos cometidas no passado ditatorial.

Tal como a CNV, as comissões locais também constroem seu legado informacional ao reunir e disponibilizar documentos que podem relevar casos de abusos de direitos humanos cometidos pelo Estado durante a ditadura militar em locais ou situações específicas. Também pela mobilização de múltiplas fontes informacionais (Ribeiro, 2022), elaborarem novos documentos, como o próprio relatório final da comissão.

Dessa forma, o legado informacional produzido pela implementação das comissões locais da verdade, sejam elas setoriais, estaduais, municipais ou institucionais, podem incidir sobre a produção científica de temáticas relacionadas à

ditadura militar e à justiça de transição, oferecendo fontes de informação verificadas e confiáveis.

Das teses e dissertações que utilizam os documentos das comissões locais como fonte de pesquisa, observou-se temáticas relativas à vigilância, repressão e resistência de forma geral. No entanto, um olhar atento às pesquisas identificou temas associados a narrativas pouco difundidas nos meios acadêmicos e ciclos sociais mais amplos de debate.

Como exemplo pode-se citar o trabalho de Gabriela R. Lima (2017), intitulado “Memória, gênero e política: a militância das estudantes da Universidade Federal do Espírito Santo contra a ditadura militar (1969-1972)”⁷, que pretende resgatar a memória das experiências políticas vividas por mulheres que lutaram e resistiram contra a repressão na UFES. A autora utilizou os depoimentos concedidos à Comissão da Verdade da UFES como fonte de informação para a investigação da sua pesquisa.

Outro exemplo é o trabalho de Ana Cecília P. Batista (2021), que aborda como as comissões da verdade investigam a repressão às pessoas LGBT, utilizando como fonte de pesquisa os relatórios finais das Comissões Estaduais do Rio de Janeiro e São Paulo, além do relatório da CNV. Intitulada “As comissões da verdade no Brasil e a construção de narrativas sobre a repressão a pessoas LGBT durante a ditadura militar”⁸, a pesquisa de Batista (2021) tem como corpus de análise principal os relatórios das comissões, evidenciando a potencialidade informativa dessas fontes.

Além das teses e dissertações abordarem as comissões como fonte de informação para investigação, elas também as mencionam como objeto de investigação. Das 45 pesquisas levantadas, 12 delas (27%) têm como objeto de pesquisa alguma comissão local específica ou analisam múltiplas comissões da verdade, incluindo as comissões locais.

O principal tema abordado por essas pesquisas está relacionado aos processos de criação, institucionalização e resultados das comissões. Quatro dos trabalhos identificados chamam atenção por abordarem o acervo arquivístico das comissões como tema de pesquisa.

No trabalho intitulado “As comissões da verdade no Brasil: contexto histórico-legal e reconstrução das estratégias e ações para o acesso aos arquivos”⁹, Mônica Tenaglia (2019), discorre sobre as estratégias e ações das comissões brasileiras para o acesso aos arquivos sobre a ditadura militar, incluindo em seu estudo a comissão nacional e as demais comissões locais. Também relacionado ao conceito de acesso a

⁷ Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFES_d77c59f64dcd06b94c03867c1920dc8e.

⁸ Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFJF_b0a70611e3cf7102df79aef411c62be1.

⁹ Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNB_bb242648791653ce57c2be50b1a9ba47.



pesquisa realizada por Mariela Passarin (2021), intitulada “Informação e memória na interface da disponibilização de documentos da ditadura civil-militar brasileira”¹⁰ discorre sobre a disponibilização dos acervos em formato digital das comissões da verdade da região Sul do Brasil.

Articulando os conceitos de acesso e preservação, o trabalho de Jaciara da Silva (2023), intitulado “Contribuições da organização do conhecimento e da Arquivologia para a definição de pontos de acesso aos documentos da Comissão da Verdade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte”¹¹, aborda as condições da preservação e do acesso aos documentos reunidos pela Comissão da Verdade da UFRN.

O trabalho de Evilyn Merlo (2020), intitulado “A Função social dos arquivos de polícia política: usos e ressignificações”¹², trata das formas que a CNV e a Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro utilizaram para acionar a documentação proveniente do fundo de Polícias Políticas do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

Observa-se de uma forma geral, que as pesquisas que abordam as comissões locais como tema de pesquisa se ocupam em compreender as formas de atuação dessas comissões como mecanismos para a memória e a verdade sobre o passado traumático da ditadura militar. Difundindo-se em temáticas específicas que podem variar em relação ao modo de implantação e atuação, que incluem o acesso a acervos arquivísticos (como mencionado acima), também sobre a importância dos trabalhos das comissões para a justiça de transição brasileira e seu legado para a memória e educação para os direitos humanos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao fim dessa pesquisa, podemos retomar a pergunta problema “como as comissões locais têm contribuído para o desenvolvimento da pesquisa científica no Brasil?” e responder que as comissões locais têm contribuído para pesquisa científica como objeto a partir de seus relatórios finais, dos documentos recuperados e produzidos e do próprio trabalho das comissões no esclarecimentos da verdade sobre as graves violações de direitos humanos.

As principais contribuições, objetivo da pesquisa, convergem com o problema identificado ao demonstrar como as comissões foram utilizadas como fonte de informação para a pesquisa científica por diversas universidades, em especial à UFPB e

¹⁰ Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFSC_78c661e3ba25584c1e4b3727f51eac76.

¹¹ Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/57130>.

¹² Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/items/b60b5f1a-82da-4a3e-afa6-08d518a129ca>.

a UFJF. Ficaram demonstradas as suas potencialidades, principalmente dos relatórios como fonte de informação para compreensão de um passado traumático recente, mas também a possibilidade de mais pesquisas sobre os documentos e sobre os trabalhos das comissões.

O esforço desta pesquisa abre oportunidade para aprofundamentos futuros sobre as áreas que mais produziram pesquisa e as temáticas mais frequentes sobre as comissões da verdade locais. Nesse sentido, há oportunidade de ampliação não para o como essas comissões foram acionadas para pesquisa científica, mas para os “porquês”, trazendo os seus significados e sentidos à superfície.

REFERÊNCIAS

- ABRÃO, Paulo; GENRO, Tarso. **Os direitos da transição e a democracia no Brasil:** estudos sobre Justiça de Transição e a Teoria da Democracia. Belo Horizonte: Fórum, 2012.
- ANTONIO, Gustavo Miranda. **Os objetivos da Comissão Nacional da Verdade:** a busca pela verdade e a promoção da reconciliação nacional. Dissertação (Mestrado em Direito) – Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2012.
- APPOLINÁRIO, Fabio. **Metodologia da ciência:** filosofia e prática da pesquisa. São Paulo: Cengage Learnig, 2006.
- ARTHUR, Paige. Como as “transições” reconfiguraram os direitos humanos: uma história conceitual da justiça de transição. In: REÁTEGUI, Félix (Coord.). **Justiça de Transição:** manual para a América Latina. Brasília: Comissão de Anistia, Ministério da Justiça; Nova Iorque: Centro Internacional para a Justiça de Transição, 2011.
- BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório.** Brasília: CNV, 2014. (Volume 1).
- CRESWELL, John. W. **Projeto de pesquisa:** métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.
- ESTEVEZ, Alejandra; BANDEIRA, Fabiana. A ditadura militar como tema: uma radiografia da produção acadêmica sobre a ditadura militar brasileira. In: THIESEN, Icléia (org.). **Documentos Sensíveis:** informação, arquivo e verdade na ditadura de 1964. Rio de Janeiro: 7Letras, 2014.
- FLORINDO, Danubia et al. O repertório bibliográfico sobre a comissão nacional da verdade. **Logeion:** Filosofia da Informação, v. 11, n. 1, p. 1-16, 2024.
- FROTA, Maria Guiomar da Cunha; HOFFMAN, Felipe Eleutério; GOMES, Pablo . Documentation des commissions régionales de vérité au Brésil: potentiel de recherche dans le domaine de la médiation informationnelle. **Etudes de Communication**, v. 57, p. 75-93, 2021.



GOMES, Pablo. **Linguagem Documentária para organização do conhecimento no domínio da Justiça Transicional**. 2019. 115f. Dissertação (Mestrado) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

HAYNER, Priscilla B. **Unspeakable truths: transitional justice and the challenge of truth commissions**. 2. ed. New York: Routledge, 2011.

HESPANHA, Luiz. A primeira comissão da verdade. In: INSTITUTO MACUCO. **Vala Clandestina de Perus: desaparecidos políticos, um capítulo não encerrado da história brasileira**. São Paulo: Ed. do autor, 2012.

HOLLANDA, Cristina Buarque de. Direitos Humanos e Democracia: a experiência das comissões da verdade no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 33, n. 96, p.01-18, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações**: BDTD. Brasília: IBICT, [202-?]. Disponível em: <https://bdtb.ibict.br/>. Acesso em: 17 maio 2025.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas de pesquisa e do trabalho científico**. 2. Ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

QUINALHA, Renan Honório. **Justiça de Transição: contornos do conceito**. Belo Horizonte, 2013.

RIBEIRO, Ana Cláudia. **Entre testemunhos e documentos: a Comissão Nacional da Verdade e seu legado informacional para a Justiça de Transição**. 2022. 190f. Tese (Doutorado) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.

TENAGLIA, Mônica. **As comissões da verdade e os arquivos da ditadura militar brasileira**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2024.

Recebido em 01/06/2025

Aprovado em 11/06/2025



Licença de Atribuição BY do Creative Commons
<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0>